



ESTADO DE PERNAMBUCO
 TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ/MPCO/TCE Nº 01/2018	Cumprida	Abstenção de atos que pudessem violar o princípio da impessoalidade da Administração Pública durante o período eleitoral do exercício de 2018	
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/PE - MPCO/PE nº 002/2018	Cumprida	Recursos federais decorrentes da complementação da União ao Fundef e Fundeb foram utilizados de forma exclusiva na manutenção e no desenvolvimento do ensino municipal	
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/PE - MPCO/PE nº 03/2018	Cumprida	O Município se absteve de contratar os serviços de análise, conferência e revisão de procedimentos, para fins de recuperação de crédito entre regimes previdenciários - RGPS e RPPS - compensação	



**ESTADO DE PERNAMBUCO
 TRIBUNAL DE CONTAS**

		administrativa e financeira/COMPREV, capacitando os próprios servidores para o procedimento	
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/MPCO/MPPE nº 01/2019	Cumprida	O Município observou a prioridade de pagamento das despesas com pessoal ao realizar festividades	
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/MPCO Nº 01/2020	Cumprida	O Município elaborou plano de contingência para combate à pandemia de COVID-19, em conformidade com os protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e o Estado de Pernambuco	
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/MPCO Nº 02/2020	Cumprida	O Município tem respeitado as restrições determinadas no âmbito legislativo em relação à situação de emergência de saúde pública	
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/MPCO Nº 03/2020	Cumprida	O Município tem evitado gastos desnecessários com aquisições, obras públicas e contratação de pessoal, diante da emergência de	



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

		saúde pública relacionada ao COVID-19	
OFÍCIO CIRCULAR Nº 15/2017 - ALERTA DE CUMPRIMENTO DA LC 157/2016 (ISS)	Cumprido	Alteração da Taxa de Referência do ISS e Criação de Conselho Municipal de Tributos	
OFÍCIO Nº 50/2017 GC01 - ALERTA DE RESPONSABILIDADE SOBRE DESPESAS COM PESSOAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2016	Cumprido	Realização de redução de despesas com pessoal - contratados e comissionados	
OFÍCIO CIRCULAR Nº 004/2017 - ALERTA DE RESPONSABILIZAÇÃO - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO GOVERNAMENTAL	Cumprido	Otimização do Portal da Transparência	
OFÍCIO CIRCULAR TCE-PRES Nº 010/2017 - DETERMINAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DECORRENTE DE CONTRATAÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS	Cumprido	Implementação integral do procedimento em contratações realizadas nesse âmbito para festividades locais	



**ESTADO DE PERNAMBUCO
 TRIBUNAL DE CONTAS**

OFÍCIO CIRCULAR TCE/CCE Nº 001/2018 - ADESÃO AO SISTEMA INTEGRADO DE REGISTRO DO CEIS/CNEP (SIRCAD)	Cumprido	Adesão do Município de São João ao sistema	
OFÍCIO TCE-PE/GC06 Nº 171/2018 - ALERTA DE RESPONSABILIDADE - LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2018	Cumprido	Realização de redução de despesas com folha de pessoal - contratados e comissionados	
OFÍCIO TCE/GC06 Nº 055/2019 - ALERTA DE RESPONSABILIDADE - LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2018	Cumprido	Realização de redução de despesas com folha de pessoal - contratados e comissionados	
OFÍCIO TCE/GC06 Nº 198/2019 - ALERTA DE RESPONSABILIDADE - LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2019	Cumprido	Realização de redução de despesas com folha de pessoal - contratados e comissionados	



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

OFÍCIO TCE/GC06 Nº 016/2020 - ALERTA DE RESPONSABILIDADE - LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL - 2º QUADRIMESTRE DE 2019	Cumprido	Realização de redução de despesas com folha de pessoal - contratados e comissionados	
---	----------	--	--

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

RESOLUÇÃO TC Nº 66, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO X -REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS

GERAIS - ANEXO X	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Devem conter as seguintes informações gerais: <ol style="list-style-type: none"> a. Nome do órgão ou entidade. b. Natureza jurídica do órgão ou entidade. c. Domicílio do órgão ou entidade. d. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade. e. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis. f. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: <ol style="list-style-type: none"> i. Os poderes (Executivo e Legislativo). ii. Administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. iii. A relação dos órgãos e entidades da administração pública integrantes da consolidação.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo: <ol style="list-style-type: none"> a. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável. b. Novas normas e políticas contábeis alteradas. c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: